

6. Os ciclos do Estado e a crise brasileira*

A onda neoliberal conservadora, o processo generalizado de privatizações e de desregulação nos países capitalistas, a crise do estatismo do tipo soviético, a crise da estratégia de substituição de importações na América Latina são manifestações de um fenômeno mais geral: depois de um forte crescimento relativo do Estado ocorrido até o final dos anos 60, o mundo passa por uma fase de retração cíclica da intervenção do Estado.

Apresentei inicialmente a hipótese do caráter cíclico do crescimento do Estado em um seminário patrocinado pela Universidade de São Paulo e pelo Wilson Center (1988). Uma teoria como essa nos ajuda a analisar e compreender o atual movimento de contração do aparelho estatal tanto nos países capitalistas quanto nos países comunistas. Permite-nos, por outro lado, perceber quais os limites das transformações econômicas que podem ocorrer.

Da mesma maneira que existem ciclos na economia, existem ciclos de crescimento do Estado. O Estado tende a crescer de forma absoluta, na medida em que cresce a população e a renda, mas isso não implica em aumento de sua participação relativa. O primeiro movimento relaciona-se ao fato das relações econômicas e sociais tornarem-se mais complexas à medida que a população e a renda *per capita* aumentam (lei de Wagner). Em termos relativos, contudo, inexiste razão para prever um crescimento contínuo do Estado, qualquer que seja a forma de medida (participação do orçamento público no PIB, peso das empresas estatais na produção, grau de regulação). Na verdade, o grau de intervenção estatal aumenta e diminui de modo cíclico.

* Conferência pronunciada no Centre de Recherches sur le Brésil Contemporain da Ecole d'Hautes Etudes en Sciences Sociales/Maison de Sciences de l'Homme, sob o título geral "Le Brésil à la derive du monde". Paris, janeiro de 1990. Publicada originalmente neste livro.

Nesta conferência vou inicialmente fazer uma análise do caráter cíclico da intervenção do Estado na economia, para, em seguida, com auxílio dessa ferramenta teórica, analisar a crise do Estado e da economia brasileira.

Estado e mercado no capitalismo tecnoburocrático

O Estado e o mercado estão no centro das transformações recentes do mundo. Por isso torna-se muito difícil compreendê-las se não contarmos com uma teoria sobre a intervenção do Estado no mercado. Existem diversas interpretações sobre qual o papel que o Estado teve e sobre o papel que ainda pode desempenhar no plano econômico. Mas, mesmo que partam de premissas diferentes, tanto a esquerda quanto a direita, hoje, criticam a ação estatal.

Os neoliberais dizem que a ação coletiva é impossível, que o Estado é necessariamente ineficiente porque é vítima de interesses particulares, que a sua proteção desestimula o trabalho e tende a favorecer determinados grupos de uma maneira irracional. Dizem, ainda, que a eficiência identifica-se com o mercado. As falhas do mercado seriam muito menores que as falhas do Estado. Em consequência propõem o “Estado mínimo”.

A esquerda moderna também considera a intervenção do Estado ineficiente. Esta não desestimula necessariamente o trabalho, mas, com certeza, favorece os grandes grupos, o capital oligopolista. Por outro lado, o Estado é facilmente vítima da ineficiência e dos interesses particulares, que o privatizam na medida em que o colocam a seu serviço.

No entanto, a esquerda não aceita que o mercado seja intrinsecamente eficiente. As falhas do mercado já foram amplamente comprovadas e teoricamente analisadas. Por outro lado o Estado deve ser objeto de reformas permanentes, uma vez que não existe no Estado um sistema de correção quase automático semelhante ao existente no mercado. A administração das organizações burocráticas — entre as quais o Estado é a mais importante — é um processo permanente de correção de rotas e de reformas. Não há administração sem correções permanentes.

Quando falo em Estado refiro-me apenas ao aparelho, à organização burocrática estatal, que tem o poder particular de fazer leis e tributar os habitantes de um território. Não se trata do Estado-nação, que se identifica com a idéia de país. Não devemos confundir-lo com regime político — “o Estado autoritário” — ou sistema econômico — “o Estado capitalista”. O Estado, no sentido estrito que estou usando, é uma organização dirigida por um governo e dotada de uma burocracia pública e de uma força

pública, que tem o poder exclusivo de legislar e tributar sobre a população de um determinado território.

Esse Estado existe no quadro do capitalismo contemporâneo, ou seja, de uma formação social que proponho chamar de capitalismo tecnoburocrático. Nesta formação social o capitalismo é dominante. Isso significa que o sistema econômico é coordenado basicamente pelo mercado e regulado pelo Estado. Ao mercado, ao sistema de preços, cabe o papel fundamental de coordenação econômica. O capitalismo é, entretanto, tecnoburocrático, tem um forte componente estatal. Se, em termos abstratos, o capitalismo é o sistema econômico coordenado pelo mercado, o estatismo é o sistema econômico onde o Estado substitui quase que inteiramente o mercado na coordenação da economia, onde a propriedade estatal domina todas as demais formas de propriedade, inclusive a propriedade privada.

Embora o fracasso dos regimes do tipo soviético tenham demonstrado a inviabilidade de um modelo quase puro de estatismo tecnoburocrático, como havia na Europa Oriental, o capitalismo “puro”, em que as empresas seriam apenas coordenadas pelo mercado, sem a participação do Estado, é igualmente inviável. O Estado, no capitalismo tecnoburocrático, não apenas regula as empresas, mas também o mercado e ele próprio. O capital é a propriedade privada de bens de produção. Não existe capital sem um Estado que garanta a sua propriedade.

O capitalismo tecnoburocrático tem se caracterizado de forma crescente no século XX pela regulação social-democrática do mercado. Esta regulação realizada pelo Estado, através de um processo de permanente entendimento social com os capitalistas e os trabalhadores, visa tornar compatível a manutenção da taxa de lucro e a continuidade dos investimentos, com uma distribuição de renda mais equânime. Esta intervenção é indispensável porque a taxa de salário de equilíbrio no mercado dos trabalhadores não especializados é muito baixa (John Roemer, 1990). É uma taxa de salário economicamente viável, mas politicamente inviável. A regulamentação social-democrática do *welfare state* impõe um tributo sobre os capitalistas e os tecnoburocratas, sobre a classe alta e a classe média,¹ que possibilita aumentarem-se indiretamente os salários dos trabalhadores não especializados.

Nestes termos fica claro que é equivocada a distinção segundo a qual “a economia estuda o mercado, a ciência política, o poder e o Estado”. Na verdade, sem o Estado, não existe nem capital, nem moeda; e portanto nem a produção nem a troca em grande escala das sociedades modernas é possível. O mercado e o Estado são responsáveis pela coordenação de cada economia nacional, operando de uma forma complementar. É impossível pensar em

coordenação econômica somente pelo mercado ou somente pelo Estado.

O crescimento cíclico do Estado

Como todo processo cíclico, o grau de intervenção do Estado na economia tem um caráter endógeno e pendular. Fatores exógenos podem exercer influência importante sobre a forma e intensidade desse processo, mas, por definição, são fatores aleatórios.

A fase de crescimento relativo do Estado tem sua origem na verificação que a sociedade faz da incapacidade do mercado de produzir a estabilidade, o desenvolvimento e a distribuição de renda por ela desejados. Em outras palavras, reconhece-se que o mercado está falhando na coordenação ótima da economia. Para realizar uma coordenação complementar e corretiva o Estado é chamado a intervir.

Em um primeiro momento a intervenção é bem-sucedida. Se o objetivo é aumentar os investimentos e a produção, eles aumentam. Se é distribuir a renda, esta distribuição é alcançada. Se se deseja proteger os consumidores ou aumentar a oferta de serviços públicos, no início, tudo funciona relativamente bem. Por conseguinte, continua-se a aumentar a intervenção do Estado. Entretanto, depois de um certo tempo de contínua e crescente intervenção, começam a surgir disfunções e distorções inerentes à administração estatal. Essas distorções têm várias origens. A causa mais geral da intervenção do Estado é o interesse ou a necessidade de proteger determinado setor ou atividade econômica. Suponhamos que esta necessidade seja real, que os interesses daquele setor coincidam com os interesses gerais. Entretanto é muito difícil determinar o momento em que a intervenção deve cessar. Em princípio, todas as intervenções estatais deveriam ser limitadas no tempo, mas, normalmente, isso não ocorre. É comum vermos formas de intervenção e suas respectivas burocracias continuarem a existir muito tempo depois de terem perdido a sua razão de ser. O grupo ou setor protegido continua a pressionar por proteção permanente, embora os fatos que a justificavam tenham desaparecido. A adição continuada de novas formas de intervenção sem eliminação das precedentes provoca o inchaço, o crescimento doentio do Estado. A intervenção torna-se, assim, cada vez mais ineficiente, o Estado cada vez mais prisioneiro dos grupos de interesse, que podem ser externos (empresas ou consumidores subsidiados ou protegidos) ou internos (setores da burocracia).

As conseqüências do crescimento exagerado e distorcido do Estado são o déficit público, o crescimento da dívida pública e a

crise fiscal. Como consequência da crise fiscal, o Estado perde a sua capacidade real de intervenção. Ele se imobiliza, não é mais capaz de assegurar um mínimo de eficiência e efetividade de suas políticas. A economia e o sistema político entram em crise. Recessão e inflação aparecem ao mesmo tempo. As críticas aumentam. O governo responsável pela intervenção, que pode ser tanto de direita quanto de esquerda, perde as eleições. Ou, se o regime for autoritário, este entra em crise, como foi o caso do Brasil na primeira metade dos anos 80. O momento para início da fase cíclica de retração do Estado está amadurecendo. Quando essa fase afinal se desencadeia, a redução do grau de intervenção do Estado ocorre através da diminuição das despesas, da eliminação de departamentos públicos, de privatizações de empresas, eliminação de todo tipo de incentivos fiscais e subsídios, da desregulamentação.

Da mesma forma que na fase de expansão os estatistas estavam triunfantes, agora os neoliberais, defensores ideológicos do mercado, estão eufóricos. Imaginam que, finalmente, se aproximam de seu objetivo — o Estado mínimo. Esse objetivo, entretanto, não é realista. O Estado mínimo serve à retórica neoliberal, faz parte da ideologia conservadora, mas não da prática de seus representantes. Os governos conservadores se utilizam da retórica neoliberal, mas na prática estão muito distantes do ideal de Estado mínimo. Margareth Thatcher, que recentemente melhor encarnou o conservadorismo neoliberal, logrou reduzir a intervenção do Estado, mas muito limitadamente.

Depois da fase de diminuição relativa do Estado, de saneamento ou ajustamento fiscal, o Estado, menor e mais forte porque fiscalmente sadio, torna-se de novo eficiente e eficaz, capaz de voltar a complementar a ação do mercado de forma satisfatória. Por outro lado, a percepção por parte da sociedade das limitações do mercado reaparecem. É o momento para definir novas formas de intervenção em novos setores. O ciclo recomeça, ao mesmo tempo que a intervenção muda de caráter.

Esta hipótese sobre o caráter cíclico da intervenção do Estado contém implicitamente uma crítica tanto às idéias neoliberais do Estado mínimo como às propostas estatizantes de uma economia planificada. Significa que não existe um nível ideal, ótimo, de intervenção do Estado. O nível de intervenção será pragmaticamente definido, aumentando ou diminuindo segundo as fases do ciclo.

Hoje, é perfeitamente compreensível que se deseje reduzir, privatizar e desregulamentar. O crescimento do Estado até o início dos anos 70 foi excessivo. Entretanto, a presente redução do Estado será uma redução cíclica, e não um redução em direção ao Estado mínimo.

O desencadear-se da crise no Brasil

No Primeiro Mundo, a última fase de expansão do Estado terminou no início dos anos 70. A América Latina, inclusive Brasil, e a Europa Oriental tentaram prolongar o crescimento durante os anos 70 através do endividamento externo. Os resultados foram desastrosos.

No Primeiro Mundo pode-se falar em uma crise, na medida em que as taxas de crescimento a partir dos anos 70 foram aproximadamente a metade da verificada nos vinte anos anteriores, mas essa crise é relativa, moderada. Está relacionada com os dois choques do preço do petróleo, com o esgotamento do modelo taylorista de relações de trabalho, com o declínio dos Estados Unidos, com o aumento das taxas de desemprego, com a diminuição das taxas de crescimento do PIB durante os anos 70 e 80 quando comparadas com os anos 50 e 60. Esses fatos indicam que estamos na fase descendente do quarto ciclo longo de Kondratieff, que, em princípio, deve terminar na metade dos anos 90. A crise foi moderada porque os governos dos países desenvolvidos foram capazes de realizar políticas fiscais austeras e de coordenar minimamente suas ações. Porque as empresas usaram a crise para incorporar progresso técnico e aumentar seu grau de competitividade internacional.

Na América Latina em geral, e no Brasil em particular, o ajustamento fiscal e de balanço de pagamentos não foi iniciado nem em 1974, depois do primeiro choque do petróleo, nem mesmo em 1979, depois dos três choques que aconteceram nesse ano: o segundo choque do petróleo, o impacto da recessão americana e a elevação das taxas de juros internacionais. Durante todo esse período o país cresceu artificialmente através do endividamento externo. O ajustamento do Brasil só começou no início de 1981, quando já era muito tarde, quando a dívida externa já tinha se tornado muito grande para ser paga. No início de 1979, quando era absolutamente necessário começar o ajustamento, a relação dívida/exportações estava ainda sob controle (aproximadamente 2); no início de 1981, esta relação já tinha chegado a 3.

O ajustamento, entre 1981 e 1983, foi forte, mas insuficiente e distorcido. Insuficiente porque foi incompleto: o déficit público reduziu-se de 8% para mais ou menos 3% do PIB. Distorcido porque a redução do déficit público apoiou-se excessivamente na diminuição dos investimentos, e não na das despesas correntes. Distorcido, porque o financiamento do déficit público, entre 1983 e 1986, teve como custo a estatização da dívida externa: as empresas privadas (e em alguns casos também as públicas) pagavam em cruzeiros suas dívidas, mas o Banco Central, não dispondo de divisas, não fazia as remessas. Os credores não recebiam o pa-

gamento, mas o Estado se financiava. Financiava-se perversamente. Através desse mecanismo foi possível estatizar quase que por completo a dívida externa brasileira (nos anos 70, o endividamento público representava cerca de 50% do endividamento total, hoje ele representa 90%).

O ajustamento iniciado em 1981 tinha dois objetivos: o equilíbrio do balanço de pagamentos e o controle da inflação. O combate à inflação sofreu um grande revés com a forte desvalorização do cruzeiro em 1983. Esta medida era coerente em relação à crise da dívida externa, mas teve como consequência uma brutal aceleração da inflação. Esta, que girara inercialmente em torno de 100% ao ano entre 1979 e 1982, sobe para 200% em 1983, ano em que o país estava engajado em um duro e recessivo programa de ajustamento externo monitorado pelo Fundo Monetário Internacional. A política ortodoxa de controle da inflação desenvolvida em 1983 e 1984 revelou-se completamente incapaz de explicar ou controlar a inflação. Foi nesse momento que um grupo de economistas brasileiros completou o desenvolvimento da teoria da inflação inercial, que depois serviria de base aos sucessivos, e também malsucedidos, congelamentos de preços.²

Na verdade o Brasil, nos anos 80, a partir do endividamento externo e da equivocada política populista de 1979-80, havia se tornado vítima de uma crise fiscal. O Estado, que antes era o financiador básico do desenvolvimento, mostrava-se agora financeiramente quebrado. A dívida pública externa e, depois, a interna, não paravam de aumentar. O processo era auto-alimentado: o incremento da dívida pública, ou seja, o déficit público, era constituído fundamentalmente pelos juros sobre o estoque existente de dívida.

A tomada de consciência da crise

Mas essa crise fiscal estava longe de estar clara para os brasileiros em 1985 ou 1986. Aceitava-se no Brasil, basicamente, o diagnóstico dos credores de que a crise era conjuntural, uma crise de caixa, que poderia ser facilmente superada pelo ajustamento fiscal e de balanço de pagamentos. Por outro lado, o ajustamento fiscal, que desaquecia a demanda interna, e a desvalorização do cruzeiro, ajudados por um forte crescimento da economia mundial em 1984, levaram a uma significativa expansão das exportações brasileiras nesse ano. Assim, Antônio Barros de Castro (1985), não considerando a redução dos investimentos e a crise fiscal, e reportando-se de uma maneira convincente aos investimentos realizados durante os anos 70, publicou

um livro muito influente, dizendo que a economia brasileira estava “em marcha forçada em direção ao desenvolvimento”. O superávit comercial de 14 bilhões de dólares obtidos nesse ano seria estrutural, indicando que o Brasil poderia pagar sua dívida e se desenvolver.

Ao mesmo tempo (1984), o governo autoritário brasileiro informava, através do boletim de acompanhamento das cartas de intenção do Brasil ao FMI (*Brazilian Economic Program*), que o déficit público fora zerado, que se lograra mesmo um superávit público de 0,2% do PIB. Essa informação era falsa. O déficit público girava em torno de 3% do PIB, mas tornava todos otimistas em relação à superação da crise.

Nesse quadro, alguns economistas brasileiros, no Rio de Janeiro e em São Paulo, desenvolveram, na primeira metade dos anos 80, a teoria da inflação inercial ou da inflação autônoma (“inflação autônoma” foi o primeiro nome que nós utilizamos para esse tipo de inflação, ainda em 1981). Esta teoria afirmava (1) que podiam ocorrer inflações elevadas e crônicas mesmo sem déficit público; (2) que para compreender esse fenômeno é necessário diferenciar claramente os fatores aceleradores da inflação (que são objeto de toda a literatura econômica sobre a inflação) dos fatores mantenedores da mesma (que são permanentemente esquecidos nessa literatura); (3) que o fator mantenedor da inflação é a indexação formal ou informal dos preços à inflação passada; (4) que a moeda é basicamente um fator sancionador, e portanto passivo, nesse processo inflacionário; e, finalmente, (5) que o remédio mais eficaz para esse tipo de inflação é uma política de rendas, ou, mais precisamente, um congelamento de preços, combinada com as políticas fiscais e monetárias convencionais. Estava então claro para nós que os custos econômicos e políticos de controlar uma inflação elevada e inercial como a brasileira seriam enormes senão insuportáveis se não houvesse essa combinação de políticas “ortodoxas” e “heterodoxas”.

Nesses termos, a falsa informação de que o equilíbrio fiscal tinha sido obtido e o surgimento de uma justificativa teórica sólida (a teoria da inflação inercial) para a adoção de políticas de renda e particularmente um congelamento geral e temporário de preços e salários abriam novas perspectivas para o controle da inflação no Brasil sem muita dor. Por outro lado, a análise de Castro sobre o caráter estrutural do superávit comercial brasileiro estava bem viva para todos.

Finalmente, o longo processo de redemocratização do país estava naquele exato momento (segundo semestre de 1984) chegando ao final. As elites brasileiras tinham assim fatores de sobra para levá-las ao otimismo. Ignorando completamente que

o Brasil já estava imerso em uma gravíssima crise fiscal, parecia-lhes que o ajustamento realizado em 1983-84 fora suficiente para reequilibrar a economia brasileira e recolocá-la na rota do desenvolvimento. Bastava agora controlar a inflação, o que não seria difícil dadas as perspectivas abertas pela combinação de políticas convencionais e políticas de renda.

A democratização, as pressões sociais decorrentes, o otimismo das elites, sua ignorância em relação à gravidade da crise fiscal tiveram como resultado concreto o “populismo econômico” dos anos 1985-86. O Plano Cruzado, em 1986, representa o ápice desse otimismo e desse populismo econômico, que nega as limitações intrínsecas do orçamento público.

Depois do Plano Cruzado, o Brasil imergiu numa crise fiscal profunda, marcada pela estagnação econômica e por uma taxa de inflação que não parava de crescer. Entrávamos, na verdade, em um regime hiperinflacionário, que sempre ocorre quando o crédito público desaparece, quando os agentes econômicos percebem que o Estado está financeiramente quebrado.

Meu papel, como Ministro da Fazenda, em 1987, foi, em primeiro lugar, introduzir um plano de emergência — o chamado Plano Bresser, de junho de 1987 — para fazer face à crise econômica e financeira oriunda do fracasso do Plano Cruzado (não era possível fazer um plano definitivo para terminar a inflação em meio àquela crise aguda). Em segundo lugar, auxiliado pela minha equipe, procurei realizar o diagnóstico sobre a gravidade da crise econômica (estagnação da renda por habitante desde 1980) e da natureza fiscal dessa crise. Isso foi feito através do Plano de Controle Macroeconômico, de julho de 1987, provavelmente a primeira análise sistemática da crise fiscal brasileira.³ Em terceiro lugar, propus um novo tratamento para a dívida externa, elemento essencial da crise fiscal. Em uma primeira fase, através de duas idéias então novas: (1) redução da dívida através da securitização voluntária e (2) desvinculação das negociações com os bancos privados em relação ao acordo com o FMI. Em uma segunda fase, depois de verificar a falta de interesse dos bancos privados em aceitar a redução acordada da dívida, obtive o apoio do Presidente para a proposta de securitização forçada, quase-unilateral, da dívida brasileira. Finalmente, procurei formular uma proposta geral sobre o ajustamento profundo de que a economia brasileira já naquele momento necessitava. Esta proposta implicava em um verdadeiro tratamento de choque. Constituía o que eu chamei então de “a política dos três choques”: (1) choque fiscal de 5% do PIB (hoje o ajustamento deve ser mais forte), com redução de despesas e aumento da carga tributária; (2) choque da dívida externa, complementar ao primeiro, com a redução quase-unilateral da dívida externa; e (3)

um novo choque de preços, um congelamento definitivo e preparado de preços, sem nenhum caráter de emergência, portanto. Esse choque de preços, precedido pelo alinhamento dos preços do setor público e da taxa de câmbio, que realizei cuidadosamente após o congelamento emergencial de junho, e somado ao ajustamento fiscal, à redução da dívida pública externa, à completa desindexação da economia, e à estabilização da taxa de câmbio, teria condições de controlar a inflação, transformando a inflação alta e inercial em uma inflação moderada, como existe nos países centrais.

Sai do governo, no fim de 1987, quando ficou claro que não tinha o apoio necessário do Presidente para o ajuste fiscal proposto. O Plano Bresser não terminou em crise. A inflação, como estava previsto desde o início, voltou a acelerar-se gradualmente, na medida em que, em um regime hiperinflacionário, os agentes econômicos indexam seus preços de acordo com a inflação passada mais um delta que dê conta da aceleração prevista da inflação.

Os últimos dois anos (1988 e 1989) foram, simplesmente, a continuação de uma crise já iniciada. O Plano Verão, de janeiro de 1989, desencadeou definitivamente a hiperinflação no Brasil, que, neste mês (janeiro de 1990), já é uma realidade. O fato novo positivo foi, finalmente, a percepção crescente, por parte da sociedade brasileira, da gravidade da crise fiscal. Mas ainda não há um consenso sobre a profundidade do ajuste fiscal necessário. Procura-se talvez um truque (por exemplo, a moratória da dívida interna; a liberação total da economia incluindo a taxa de câmbio; um novo congelamento de preços disfarçado com o nome de “acordo social”), através do qual se evitem os sacrifícios que a estabilização inevitavelmente acarretará. O novo governo, a se instalar em março, terá a palavra sobre o assunto.

Conclusão

Existe uma correlação entre os ciclos de crescimento do Estado que se verificam nos diversos países. O mundo é cada vez mais interdependente. Mesmo as políticas macroeconômicas, no nível do Grupo dos Sete, são hoje razoavelmente articuladas. Os novos tempos coadunam-se com a disciplina fiscal, a redução do Estado, a privatização e desregulação.

Quando, entretanto, a crise fiscal é muito grave, como é o caso do Brasil, e, em geral, da América Latina, essas práticas devem ser complementadas pela visão e a coragem de um homem de Estado, que seja capaz de enfrentar com firmeza e determinação a crise do Estado.

Em momentos como este, a tentação de adotar velhas soluções, de restabelecer antigas alianças políticas, de sustentar idéias antigas, de insistir num modelo de desenvolvimento ultrapassado é muito forte. Essa tentação precisa ser evitada. Na França, por exemplo, o General De Gaulle foi capaz, em 1958, de vencer uma grande crise política e garantir o desenvolvimento da França ao mesmo ritmo do alemão, porque foi capaz de romper com as velhas alianças e idéias ultrapassadas.

O erro do Brasil, a partir dos anos 60, foi insistir em um modelo de desenvolvimento que era arcaico. Um modelo apoiado no protecionismo e na excessiva intervenção do Estado. O problema é que, cada vez que se atrasa a abertura da economia brasileira, sua orientação em direção às exportações e a redução do Estado (do qual o ajuste fiscal é uma parte fundamental), torna-se mais difícil levar a cabo essas reformas.

Reconhecer a natureza cíclica da intervenção do Estado ajuda-nos a compreender a crise atual e os remédios para essa crise. Ajuda-nos a discernir a mera ideologia das propostas realistas de políticas públicas. Estamos agora na fase de privatizar, liberalizar e desregular. Essas reformas, entretanto, não visam o Estado mínimo, mas superar a crise fiscal, restabelecer a poupança pública, recuperar a capacidade do Estado de garantir a moeda nacional, de estabilizar os preços, e de se tornar novamente um agente de desenvolvimento econômico e agora, também, do desenvolvimento social.

Não compreender isso pode levar ao fracasso. Foi exatamente o que ocorreu na Argentina no primeiro ano do governo Menem. Ele assumiu, fez um novo congelamento de preços, começou um processo de privatização e de desregulamentação, ao mesmo tempo que adotava toda a retórica neoliberal. Alcançou um grande apoio internacional. A inflação foi baixa durante quatro meses, mas ele não fez o ajuste fiscal nem a redução quase-unilateral da dívida externa pública. Quatro meses depois a hiperinflação estava de volta.

No Brasil, a mesma coisa pode ocorrer. A resposta à natureza cíclica da intervenção do Estado não pode ser ideológica. Ela deve implicar a coragem de enfrentar e resolver a crise fiscal.

Referências bibliográficas

BRESSER PEREIRA, L. C. "Mudanças no padrão de financiamento dos investimentos no Brasil". *Revista de Economia Política*, v.7 n.4, out./1987. (Capítulo 2 deste livro.)

———. "O caráter cíclico da intervenção estatal". *Revista de Economia Política*, v.9, n.3, jul./1989. Trabalho apresentado ao simpósio "Democratizing Economics", Universidade de São Paulo e Wilson Center, São Paulo, jul./1988.

- CASTRO, A. B. de & PIRES DE SOUZA, F. E. *A economia brasileira em marcha forçada*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.
- MINISTÉRIO DA FAZENDA DO BRASIL. *Plano de controle macroeconômico*. Brasília, Ministério da Fazenda, Secretaria Especial de Assuntos Econômicos, jul./1987.
- ROEMER, J. "Laissez faire capitalism, trade union capitalism, social-democratic capitalism and market socialism". University of Chicago, Department of Political Science, *East South System Transformations Project*, Working Paper n.4, october 1990.

Notas

1. Observe-se que não estamos identificando capitalistas com classe alta e tecnoburocratas com classe média. Há muitos capitalistas de classe média e um número crescente de tecnoburocratas de classe alta.
2. Apenas em Israel, em 1985, e no México, em 1987, congelamentos de preços foram bem sucedidos em controlar a inflação. Além de coerentes enquanto políticas de renda, esses congelamentos foram complementados por políticas fiscais e monetárias convencionais e por uma âncora cambial firme.
3. Este plano, muito mais importante que o Plano Bresser, é o primeiro documento em que a crise fiscal brasileira é analisada. Baseava-se parcialmente em um artigo que apresentara um pouco antes (início de 1987), em Cambridge, sobre a mudança do padrão de financiamento dos investimentos no Brasil a partir da queda da poupança pública brasileira.